



Anais da Assembleia

Nº 94

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1978 QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelo Senhor Deputado Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pie-trângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. Gostaria que Vossa Excelência me informasse, se a Casa aprovou ou se não aprovou, se há sobre a mesa, requerimento transformando a Hora do Expediente desta sessão, em sessão especial.

Se Vossa Excelência tem conhecimento do assunto, ou se poderia, Sr. Presidente, informar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência verificará, do expediente que se encontra sobre a mesa.

(Pausa) — Nenhum requerimento neste sentido chegou à Mesa.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço, Sr. Presidente, e lamento ter interrompido Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Pela primeira vez em dez anos, que eu represento o povo neste Legislativo, o Presidente da Casa, é obrigado a proceder a leitura da ata, pela ausência de quem o devesse fazer.

É tem sido sistemática, a falta do Sr. 1.º Secretário e do Sr. 2.º Secretário às sessões desta Casa.

Vossa Excelência sabe, que isso contraria o Regimento Interno, nestas condições eu proponho que Vossa Excelência declare vagos os dois cargos, que se procedam eleições para a substituição do Sr. 1.º Secretário, do Sr. 2.º Secretário, do Sr. 3.º Secretário e do Sr. 4.º Secretário.

Porque o que não pode ocorrer, Sr. Presidente, é a desmoralização do Poder Legislativo. Embora Vossa Excelência não seja responsável por isso. Mas é inusitado, é um fato inédito nesta Casa, o Presidente proceder a leitura da ata. E nem pode, Vossa Excelência sabe que a sessão não pode funcionar se a Mesa não estiver completa.

Então é esta a Questão de Ordem, que eu levanto a

Vossa Excelência, que Vossa Excelência consultando a Assessoria Jurídica desta Casa, não sei se seria este o caminho, mas, declarar vagos os cargos dos Secretários e proceder a eleição para a substituição.

E quero declarar, que eu não sou candidato, a nada. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência registra as observações de Vossa Excelência, Sr. Deputado Erondy Silvério.

Continua em discussão a ata que acaba de ser lida.

Não havendo quem queira discutí-la, declaro-a **Aprovada**. O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

Mensagens:

Mensagem n.º 77/78

Curitiba, 11 de agosto de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 14 de março de 1977, entre o Serviço de Radio-difusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná sob a Coordenação do Ministério da Educação e Cultura, visando a realização do Curso Supletivo de 1.º Grau — II Fase, através do "PRO-JETO MINERVA", no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem n.º 78/78

Curitiba, 14 de agosto de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e da Cultura e os municípios abaixo especificados, visando a execução de Cursos Supletivos — Fase II do Projeto "MINERVA".

Municípios	Data da celebração
Guaraniaçu	04/11/77
São Miguel do Iguaçu	09/11/77
Nova Olímpia	04/10/77
Maria Helena	20/10/77
Jandaia do Sul	22/08/77
Peabiru	16/09/77
Umuarama	20/09/77
Formosa do Oeste	21/09/77
Cascavel	16/09/77
Piêma	29/12/77
Palmas	29/12/77
Campo Mourão	28/04/77
Maringá	11/11/77
São João	09/11/77
Dois Vizinhos	04/10/77
Medianeira	30/09/77
Cornélio Procopio	04/10/77

Agudos do Sul 04/10/77
 Palmeira 29/12/77
 Santo Antônio do Sudoeste 29/12/77

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem n.º 79/78

Curitiba, 14 de agosto de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar a Junta Comercial do Paraná em órgão da Administração indireta, com personalidade jurídica de natureza autárquica, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça.

Altamente significativo, o Plano de Lei tem por finalidade dotar o Registro Público do Comércio, de que é incumbida a Junta Comercial, dos meios e condições compatíveis com o atual desenvolvimento econômico-industrial do Paraná, atribuindo-lhe serviço autônomo, com gestão administrativa e financeira descentralizada, sob a forma de autarquia.

Assim o anteprojeto de lei em causa, decorre da necessidade premente de se estabelecer um justo equilíbrio entre a vultosa demanda empresarial e as condições de atendimento administrativo da Junta Comercial.

Sentindo de perto as necessidades inadiáveis da iniciativa privada, nas relações com os poderes públicos, a Administração Federal, procurando estabelecer normas eficazes para esse relacionamento, reformulou a estrutura do Registro Público do Comércio, pela Lei n.º 4.726, de 13 de julho de 1965, impondo encargos administrativos de vulto às Juntas Comerciais de todas as Unidades da Federação.

A adoção da medida ora proposta, virá, portanto, ensejar condições no sentido de que a Junta Comercial do Paraná tenha sua estrutura devidamente aprimorada, estabelecendo meios para o pleno desempenho de suas reais finalidades e agilizando seu funcionamento com inegáveis benefícios ao setor.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. A Junta Comercial do Paraná, criada pela Lei Estadual n.º 32, de 02 de julho de 1892, fica transformada em órgão da Administração Indireta do Estado, com personalidade jurídica de natureza autárquica, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça.

Parágrafo Único. A autarquia de que trata este artigo terá sede e foro nesta cidade de Curitiba, jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, gozando, no que se refere aos seus bens, rendas e serviços, das regalias, privilégios e imunidades deferidos à Fazenda Pública Estadual.

Art. 2.º. A Junta Comercial do Paraná é o órgão administrador e executor do registro público do comércio na circunscrição territorial sob sua jurisdição.

cunscrição territorial sob sua jurisdição.

Art. 3.º. São atribuições da Junta Comercial do Paraná, as expressamente estabelecidas pela Lei Federal n.º 4.726, de 13 de julho de 1965, que dispõe sobre os Serviços do Registro Público do Comércio e atividades afins, exercidas na forma desta lei e de sua regulamentação.

Art. 4.º — A autarquia de que trata a presente lei, terá organização, estrutura de serviços, regulamentos, emolumentos e taxas aprovados por ato do Chefe do Poder Executivo, na forma do disposto no artigo 11, da Lei Federal n.º 4.726, de 13 de julho de 1965.

Art. 5.º — A entidade autárquica objeto desta lei, terá sua composição, atribuições e condições de provimento, reguladas por Lei Federal.

Art. 6.º. Constituirão receita da Junta Comercial do Paraná:

- a) - dotações que lhe forem atribuídas pelo Estado, em seus orçamentos anuais;
- b) - dotações oriundas de créditos especiais ou adicionais;
- c) - taxas e emolumentos devidos pelos atos de registro do comércio e atividades afins;
- d) - produto de multas, cauções ou depósitos que reverterem a seu crédito;
- e) - juros de depósitos bancários;
- f) - legados e doações;
- g) - produto da venda de material inservível e de alienação de bens patrimoniais de móveis, que se tornarem, desnecessários ou obsoletos aos seus serviços;
- h) - outras rendas eventuais.

Parágrafo único. A receita decorrente do presente artigo será depositada no Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 7.º — O orçamento de despesas da Junta Comercial não poderá exceder a receita decorrente dos serviços do registro do comércio.

Art. 8.º — O patrimônio da autarquia de que trata a presente lei será constituído dos bens atualmente cadastrados à Junta Comercial do Estado e por outros adquiridos a qualquer título.

Art. 9.º — O saldo das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, à Junta Comercial do Paraná, fica transferido em forma de auxílio para a autarquia instituída por esta lei.

Art. 10 — A entidade autárquica a que se refere esta lei prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Art. 11 — Para orientação dos comerciantes e brevidade de seus registros, funcionará a Junta Comercial do Paraná em expediente integral de atendimento ao público.

Art. 12 — Após a implantação autárquica da Junta Comercial prevista no artigo 1.º desta lei, só serão admitidos servidores sob o regime das leis trabalhistas para integrar o quadro de pessoal com a denominação de Quadro Permanente, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1.º — A Secretaria de Estado dos Recursos Humanos organizará, no prazo de que fala o artigo 13, o Quadro de Pessoal e Tabela Salarial para os servidores de que trata este artigo, ouvida a Secretaria de Estado da Justiça.

§ 2.º — Os servidores pertencentes ao Quadro Único de Pessoal que estiverem prestando serviços à Junta Comercial, passarão, obedecido o direito de opção pela relocação em outro órgão, a integrar parte suplementar, cujos cargos serão extintos ao vagarem.

§ 3.º — Os servidores da Junta Comercial admitidos na forma da lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1973, serão transferidos para o quadro de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, observados, na adequação, os valores dos salários percebidos.

Art. 13. Dentro de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta lei, serão baixados os atos necessários à sua fiel execução.

Parágrafo único. Até que sejam expedidos os atos referidos neste artigo, reger-se-á a Junta Comercial do Paraná, pela organização dada pelo Decreto n.º 3.606, de 07 de janeiro de 1967.

Art. 14 — Os bens imóveis pertencentes à autarquia só poderão ser gravados ou alienados mediante autorização legislativa.

Art. 15 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofícios:

Sob o n.º 2548, do Senhor Jamir Leônico Schiavone, Presidente da Câmara Municipal de São Carlos, no qual encaminha cópia do Requerimento formulado pela Vereadora Miriam Schiel, solicitando o valioso apoio dos Senhores Deputados, aos Biólogos, que promovem atualmente, justa campanha pela regulamentação da sua profissão.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 503/78, do Senhor Dr. Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório de serviços prestados por aquela Secretaria, referente ao mês de julho do ano em curso. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 42/78, do Senhor Antônio Sebastião Gonçalves de Quevedo, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São João, no qual comunica que, foi aprovado o Requerimento n.º 23/78, de autoria do Vereador Izaltino Rossi, solicitando a este Poder Legislativo, que junto aos órgãos competentes do País, busquem soluções para o escoamento dos suínos do Sudoeste do Paraná.— **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com apoio do Plenário, requer regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 180/77 e 85/78, que concedem título de Cidadania Honorária ao Jornalista Roberto Marinho e título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Milton Miró Vernalha, respectivamente.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à essa Presidência, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 125/76, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Egon Pudell.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação nos Anais desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Siqueira Azevedo, um dos pioneiros da Região Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Luiz Alberto de Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

O passado do "Seu Azevedo", como era conhecido carinhosamente pelo povo da minha Região, me comoveu pessoalmente e à minha família, pois desde pequeno aprendi a admirá-lo e respeitá-lo quando visitava meu pai, então Deputado do Sudoeste e seu amigo pessoal.

Gostaria de ouví-lo contar suas histórias de jovem quando jogava futebol pelo Fluminense F. C. e suas aventuras quando trabalhava na antiga CANGO ao lado de Seu Jair de Freitas,

um dos melhores homens da região.

Com o passar dos tempos, comecei a ouvir dos pioneiros do Sudoeste, como o Seu Júlio Assis Cavalheiro, toda a ingente luta do Seu Azevedo para abrir as primeiras picadas na região que hoje se constituem nas principais estradas do Sudoeste.

Por isso, toda a região sentiu seu passamento. Não registro, tenho a certeza, só o meu profundo pesar pessoal, pois tive a ocasião de acompanhar os últimos momentos de sua vida e enviar a seu corpo a Foz do Iguaçu para o seu último descanso. Registro, isto sim, a dor de uma região inteira que era grata ao Seu Azevedo.

O Sudoeste, Senhores Deputados, é uma região de colonização recente. A atual geração que lá vive e trabalha, não encontrou um "passado com deuses de pés de barro", como disse o escritor Scott Fitzgerald. Ao contrário. Os homens do Sudoeste são gratos aos homens que o colonizaram. E quando se escrever a história da Região certamente haverá um lugar de destaque à figura impar do desbravador, do amigo incondicional, do Batalhador incansável que era o Sr. José Siqueira de Azevedo.

À época em que entrou no Sudoeste, o "Seu Azevedo" estabeleceu posse onde hoje se encontra a cidade de Francisco Beltrão. Posteriormente abriu a estrada em direção a Realeza e Capanema. Estabeleci residência no Município de Capitão Leônidas Marques. Não tinha amor a bens materiais. Para desenvolver a região, doou grandes áreas de terras ou as vendeu a preço irrisório.

Faleceu pobre em termos materiais, mas rico em amizade e em respeito do Povo. Sua vida, intensamente vivida, ricamente vivida, é um exemplo a ser seguido. O povo do Sudoeste haverá de ser digno de seu exemplo e construir uma sociedade cada vez mais justa, humana e solidária como era seu sonho.

Requer-se, outrossim, que do inteiro teor deste, dê-se conhecimento à família enlutada, na pessoa de sua viúva, residente no Município de Capitão Leônidas Marques, bem como às seguintes pessoas: Jahir de Freitas, Coletor federal de Francisco Beltrão, Julio Assis Cavalheiro, pioneiro de Francisco Beltrão e residente em Enéas Marques, Pr., Dr. Rubens Martins, amigo inseparável do falecido, ex-prefeito de Francisco Beltrão e residente nesta Capital, bem como às seguintes autoridades: Presidente da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, D. Geraldo Bond; Presidente da Câmara Municipal de Realeza, Sr. Jurandir Penso; Sr. Assis Zeni, Prefeito de Capitão Leônidas Marques; Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, bem como ao Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste, Sr. Adelarte de Bortoli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção, na ata dos trabalhos, de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em Ibaiti, no último dia 19 de agosto corrente, da doutora FERNANDINA GENTILE, que era esposa do Dr. GERALDO GENTILE, ambos médicos e que há muitos anos residiam e clinicavam naquele município.

O infausto acontecimento enlutou o Município de Ibaiti, onde a doutora FERNANDINA GENTILE, quer pelas suas qualidades profissionais, quer pela sua generosidade e compreensão, como também pelo seu espírito comunitário, era estimadíssima e possuía um largo círculo de amizades, especialmente entre os mais humildes.

Ao lado de seu marido, vinha fazendo da Medicina verdadeiro sacerdócio e tinha as suas preocupações inteiramente voltadas para a saúde da população local, com ênfase principalmente no setor de puericultura, obstetrícia e ginecologia.

A sua abrupta morte é profundamente lamentável e a todos entristece, sendo dever desta Casa, pois, manifestar

também o seu pesar pelo falecimento da doutora FERNANDA GENTILE, a cujo marido e família, cumpre expressar solidariedade em hora tão difícil.

Pede-se, outrossim, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada, na pessoa do Dr. GERALDO GENTILE.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, em acidente de trânsito, do Prefeito Ivaldino Gobbi, de sua senhora Miguelina Gobbi e da funcionária de sua firma, Dalva Cristianos.

O trágico acidente, ocorrido na estrada que liga Renascença a Vitorino, Pr 482, na manhã de ontem, enlutou toda a população do município, pois além de ser um cidadão dos mais conceituados, era um homem público dos mais probos e um excelente administrador. Em sua curta gestão frente à Prefeitura, conseguiu levar incalculáveis benefícios e gozava de uma estima geral dos moradores de seu município.

Ao inserir em ata deste Poder Legislativo um voto de pesar, estamos prestando uma homenagem póstuma a um dos homens que o Sudoeste chora, porque em vida soube dedicar-se à causa pública e a servir a sua gente. Somamos nesta oportunidade as manifestações desta Casa aos sentimentos das lideranças políticas, sociais e culturais, bem como empresariais de toda uma grande região do Estado.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dado ciência na pessoa de seus filhos, dos sentimentos que este Poder sente, com o trágico desaparecimento de um dos lídimos filhos desta terra.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO MAURÍLIO NERI, ocorrido em acidente automobilístico na estrada Maringá-Iguaraçu, no dia 19/08/78, dando-se ciência à família enlutada; sita à Rua Santa Joaquina de Vedruna, número 3232-Maringá-Pr.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Antônio Facci.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do casal IVALDINO e MIGUELINA GOBBI, ocorrido nesta data no Município de Renascença.

Ivaldino Gobbi, homem probo, chefe de família exemplar, agricultor, Prefeito Municipal de Renascença onde grangeou a simpatia dos seus concidadãos, teve sua vida pública sempre pautada pela honestidade e trabalho, no curto espaço de tempo em que esteve à frente dos destinos do Município de Renascença. Pode provar toda a sua capacidade de trabalho, deixando sua marca com realizações de vulto, tais como construções de várias escolas, extensões de redes de energia elétrica em diversos distritos, aumentado a rede de distribuição de água na cidade, além de dar um atendimento todo especial aos

seus munícipes. Com o desaparecimento de Ivaldino Gobbi, perde Renascença um dos seus mais querido filho, estando seu povo de luto.

A senhora Miguelina Gobbi, exercia a presidência da APMI, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Renascença, onde procurava com sua abnegação, dar apoio aos menos favorecidos da sorte. Mãe e esposa exemplar, era por demais admirada pelos seus atos de despreendimento e amor às causas de Renascença.

Requer, outrossim, dê-se ciência do presente, aos seus familiares, nas pessoas de Dona Lurdes Gobbi, residente na cidade de Clevelândia, de seus filhos Paulo, Leandro e Rosane Gobbi, à Câmara Municipal de Renascença e ao Vice-Prefeito Senhor Valério Toscan.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Luiz Alberto de Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção na ata dos trabalhos, de voto de louvor, aos juristas paranaenses RENÉ ARIEL DOTTI, ANTÔNIO ACIR BREDÁ, LUIZ CHEMIM GUIMARÃES, FERNANDO NEWTON BITTENCOURT FOWLER e OTO LUIZ SPONHOLZ pela magnífica participação que todos eles tiveram no "2.º Encontro Preparatório ao VI Congresso Nacional de Ciências Penais", realizado em Curitiba, nos dias 17, 18 e 19 de agosto corrente.

A participação de cada um dos penalistas ou processualistas, que ora se pretende homenagear, foi das mais significativas, quer nos relatórios dos temas oficiais do encontro, quer nas comunicações apresentadas, como também nas intervenções que realizaram no transcurso dos debates.

Faz-se mister, neste oportunidade, destacar a participação individual de cada um dos juristas. Assim, o penalista RENÉ ARIEL DOTTI ofereceu notável trabalho, em forma de relatório, a propósito da "Descriminalização e Criminalização — Duas Tendências no Âmbito da Reforma"; o processualista ANTÔNIO ACIR BREDÁ, igualmente através de relatório, apresentou alentado estudo sobre o Projeto de Código de Processo Penal, ora tramitando no Senado Federal, propondo, a título de sugestão, cerca de uma centena de emendas ao texto já aprovado pela Câmara dos Deputados; no mesmo sentido, e em complementação ao Relatório de ANTÔNIO ACIR BREDÁ, foi o trabalho do também processualista FERNANDO NEWTON BITTENCOURT FOWLER; o penalista LUIZ CHEMIM GUIMARÃES subscreveu formidável comunicação sobre o "Período Inicial do Cumprimento das Penas Privativas de Liberdade à Luz do Direito Positivo e do Direito a Construir"; por fim, OTO LUIZ SPONHOLZ, em co-autoria com ANTÔNIO ACIR BREDÁ, apresentou comunicação relativa a "Aspectos Processuais da Lei de Segurança Nacional".

Sem nenhum exagero, os trabalhos dos paranaenses, todos eles aprovados e fortemente elogiados pelos juristas de outros Estados que aqui estiveram, além de se constituírem no que há de mais expressivo em termos de produção científica no Direito Penal e Direito Processual Penal, especialmente quando a este, graças ao talento e inteligência da nova geração de processualistas, revela também que o Paraná se sobressai de maneira preponderante no direito brasileiro, cuja reformulação terá a marca indelével e indispensável de nossos juristas.

Pede-se, outrossim, que a decisão do Plenário seja comunicada a cada um dos homenageados, bem como dê-se ciência ao Departamento de Direito Penal e Direito Processual Penal do Curso de Direito, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário, requer, o seguinte pedido de informações:

- 1.- Se existe projeto tramitando nesta Casa, referente a aumento de vencimento para os funcionários de curso Universitário?
- 2.- Se existe, porque não se enquadram os demais funcionários, que se fará justiça?

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

Otássio Pereira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que a instituição financeira se constitui em fator de inestimável importância para o desenvolvimento econômico de uma região;

Considerando que, por isso, os produtores rurais e moradores do Distrito de Cafezal, Município de Iporã, reivindicam a instalação de uma agência bancária para atendê-los;

Considerando, finalmente, que o Banco Brasileiro de Descontos se dispõe a contribuir com a causa do progresso da populosa e importante localidade, fazendo-se ali presente, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor Paulo Lira, digníssimo Presidente do Banco Central, encarecendo a conveniência de ser autorizado o pedido neste sentido encaminhado pela referida organização de crédito.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, solicitando todo o seu empenho para que sejam tomadas medidas urgentes em favor da agricultura, a saber:

- 1.0)- Prorrogação de prazos para restituição dos financiamentos agrícolas vencíveis em outubro deste ano.
- 2.0)- Concessão de novos financiamentos de insumos e custeio com prazo mínimo de dois anos.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Rosário Pitelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer seja formada uma COMISSÃO ESPECIAL, composta de cinco membros, destinada a servir de intermediária nas negociações entre os professores paranaenses e o Governo do Estado, visando com isso, por fim ao letígio existente a que ameaça tomar proporções incontroláveis.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil inteiro acompanha com inusitado interesse o Congresso dos Professores do Paraná.

Os Professores do Estado de São Paulo e outras unidades da Federação, iniciam movimento igual.

Até o momento, uma só voz, não se levantou para condenar as reivindicações dos nossos mestres.

São pretensões justas e válidas. As objeções apresentadas dizem tão só da inoportunidade ou do modo como estão sendo

feitas, mas no mérito realmente são justas e necessárias.

Ora, esta Casa, que até aqui esteve em expectativa, não é mais possível ficar inerte e deixar que o impasse permaneça.

A irredutibilidade de ambos os lados a nada leva.

O indispensável é que se busque uma saída honrosa e que satisfaça os interesses públicos.

Em síntese, deve-se encontrar uma saída política para este quadro que está tumultuando não só a educação, mas toda a atividade governamental.

A Assembléia Legislativa, através de uma COMISSÃO ESPECIAL, composta com igual representação pelas duas bancadas, poderá ser a MEDIADORA entre o Governo do Estado e os Professores do Paraná.

Objetiva-se com isso, acelerar as reivindicações do Magistério, todavia, dentro de fórmula viável para o Governo, estabelecendo assim o indispensável diálogo que deve nortear a solução do impasse. Como representantes do Povo, mais sensíveis às justas reivindicações do professorado, porém também conscientes das dificuldades do Estado, cabe a nós encaminhar uma solução que atenda a todos e, principalmente, que se fixe aqui no Paraná, o saudável entendimento entre governantes e governados.

Por outro lado, omitir-se do encaminhamento da solução é consentir com o quadro que dia a dia agrava-se. De um lado, o Governo exercendo pressões e ameaças de punição às reivindicações que reconhece justas, mas, que afirma ser-lhe impossível atender, e de outro, a classe do Magistério temerosa e até intranquila com o desenlace do episódio.

Ora, uma Comissão Especial, isenta e desapaixonada, será a MEDIADORA ideal para encaminhar uma solução equitativa. Acreditamos que nenhum lado, quer Governo, quer professores, negar-se-á ao entendimento — no caso a única maneira de por fim a este grave problema que faz com que todos percam. Negar a formação desta Comissão é, digo mais uma vez, fazer vistas grossas a um problema que depende exclusivamente de bom senso governamental, bom senso que esta Casa deve ter e fazer valer nesta hora difícil da Educação do Paraná.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 129/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA ESPERANÇA", com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social à comunidade de Nova Esperança, grangeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal n.º 807, de 30/10/72.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das formalidades legais previstas pela legislação em vigor no Estado. (Lei n.º 6.994 de 10/01/78).

Com isso esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 130/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada "Deputado MIGUEL BUFARA", a rodovia que liga o trevo da BR-277, no Município

de Morretes, passando por Antonina à cidade de Guaraqueçaba, município de igual nome, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei, visamos prestar justa homenagem a dedicado homem público que em vida tanto deu de si, com total desprendimento e significativa dose de patriotismo, em prol do Paraná e de sua valorosa gente: MIGUEL BUFFARA, nascido a 18 de maio de 1913, formou-se em Direito e exerceu as funções de Promotor Público na cidade de Morretes. Foi comerciante e industrial. Em 1954, elegeu-se Deputado Estadual, exercendo o mandato até 31 de janeiro de 1959. Durante o seu primeiro mandato, exerceu os cargos de 1.º Vice-Presidente da Comissão Executiva e foi também destacado Membro da Comissão de Constituição e Justiça, onde pontificou com os seus luminosos pareceres e alta jurisprudência. Em sua passagem por esta Casa de Leis, soube grangear a amizade e simpatia de todos os seus nobres Pares, bem como do funcionalismo em geral. Mais tarde elegeu-se Deputado Federal, representado com brilhantismo o Estado do Paraná naquela Alta Casa de Leis, onde marcou sua presença de forma significativa, batalhando sempre em defesa dos interesses maiores desta terra e de sua gente.

Foi Presidente do M.D.B. paranaense, tendo antes pertencido aos quadros do extinto Partido Trabalhista Brasileiro, sendo considerado um dos melhores teóricos do Sul do Brasil na intransigente defesa dos interesses mais puros e autênticos do trabalhador brasileiro.

Esta homenagem póstuma traduzirá, antes de mais nada, o reconhecimento desta Casa, hoje tão bem representada por homens de todos os quadrantes do Paraná, a um dos seus companheiros desaparecido, mas cuja lembrança será perpetuada neste próprio do Estado, significando e traduzindo a gratidão, a lembrança e a saudade de todos nós, e legitimando, por outro lado, o valor e a bravura cívica de tão notável homem público, cujo zelo e amor à coisa pública foram o apanágio de toda a sua existência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados, (Lê):

“O candidato presidencial da ARENA, General João Baptista de Figueiredo, acaba de afirmar perante o país, a importância que irá dar à Agricultura. Esta afirmativa é de bastante interesse para todos, no momento em que o Brasil passa por um dos momentos mais difíceis de sua produção agropecuária, tendo que suportar uma seca de quase um ano, seguida por uma geada igualmente prejudicial.

A agricultura tem sido quase desprezada, ao longo do tempo, na formulação da política econômica do Brasil. Os senhores têm testemunhado que todos os governos — ao assumirem — fazem planos de destaque para o setor agrícola. Mas ao longo do mandato, as prioridades urbanas acabam fazendo com que a política econômica se concentre em problemas como inflação, exportação, e a agricultura fica de lado.

Um crítico afirmou mesmo, que no Brasil, a agricultura é pensada em termos de abastecimento e exportação — isto é — a partir de uma ótica urbana. E não como setor autônomo da atividade humana.

Contudo, ao longo da história, a agricultura tem sido um fator fundamental, mais que isso, ela foi responsável pelo surgimento da própria História, porque foi o enraizamento dos

povos a partir do cultivo dos cereais que gerou a civilização, a escrita e a História.

Atualmente, nos países de economia amadurecida, a agricultura desempenha um papel de relevo. Ao lado de uma indústria sólida, de um comércio interno e externo expressivo, a exploração rural forma o tripé econômico.

Doutro lado, não se envergonham essas nações líderes, de se empenhar na agropecuária, porque sabem que este é um setor de alto conhecimento, alto capital, alto destaque. Agricultura produtiva é agricultura moderna. E as nações desenvolvidas são campeãs também na produtividade de seus campos.

O Paraná, particularmente, é um dos Estados brasileiros com maior interesse no desenvolvimento e no apoio à agricultura. Porque a ocupação da fronteira econômica paranaense foi feita a partir de uma agricultura que hoje ombréia com as mais produtivas do mundo. O Estado depende da produção rural para tudo, e a prova está nas dificuldades que estamos a atravessar, em face da estiagem de 1977/78.

Porisso, mais que todos, fazemos votos no sentido de que o futuro Governo do General Figueiredo mantenha, ao longo de seu mandato, a prioridade anunciada para a agricultura. Só assim teremos a todo tempo os silos e armazéns cheios, a exportação garantida e, mais que tudo, um vigoroso mercado interno baseado na capacidade de compra dos nossos agricultores.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pittelli. — (Pausa) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã completa mais um ano de um dia fatídico neste País, com o desaparecimento do inesquecível Presidente Getúlio Vargas. Não poderíamos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de relembra-lo. (Lê):

“Há vinte e quatro anos “saía da vida para entrar na história” um dos maiores estadistas que o nosso país já conheceu.

A importância de sua personalidade de homem público é até hoje, reconhecida inclusive por seus ferrenhos adversários.

Sua política nacionalista fez com que seu nome fosse internacionalmente conhecido, abrindo novas fronteiras para a caminhada, hoje irreversível, do progresso e da independência econômica de nossa Nação.

Enumerar suas obras, que constituem verdadeiros impactos no desenvolvimento econômico-social brasileiro, seria impossível no modesto espaço deste discurso.

Vamos, porém, relembra-las algumas pela sua repercussão no plano sócio-econômico brasileiro.

Em primeiro lugar, a obra configurada na legislação trabalhista, a partir de 1930, quando chamou Lindolfo Collor para tornar efetivas no Brasil as recomendações da organização internacional do trabalho (O.I.T.), elevando o proletariado brasileiro a uma condição melhor bem diversa daquela em que o encontrou.

Isto lhe valeu gratidão demonstrada pelo povo, na retumbante vitória eleitoral de 1950

Em segundo lugar, a criação da Siderúrgica Brasileira, com a fundação, em Volta Redonda, de uma cédula industrial que possibilitaria alimentar, hoje, os altos fornos das Indústrias Automobilísticas e Naval.

E para não alongar, basta citar, por fim, a criação da Eletrobrás e da Petrobrás, decorrentes de iniciativa do Poder Executivo, quando Getúlio Vargas cumpria seu último mandato presidencial.

Fundador do Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.),

onde iniciei minha vida pública, quero, neste momento, como o faço: há vários anos, homenageando a sua memória, render um preito de justiça àquele homem público que foi um dos maiores deste País.

Decorridos vinte e quatro anos de seu desaparecimento, au auge da maior crise política que o Brasil já teve conhecimento, a figura singular de Vargas cresce e se agiganta, com a perspectiva da História, porque ninguém quanto ele, soube interpretar com tanta fidelidade os anseios populares e defender com tamanha bravura as grandes reivindicações da nacionalidade.

Os monumentos que ergueu são imperecíveis e resistirão à ação do tempo porque são marcos definitivos e fixaram o início de transformações radicais ou balizaram e abriram novos rumos para o País.

Sonhou com a emancipação econômica do Brasil e realizou, em grande parte, o seu sonho. Acalentou, sem desfalecimentos, o sonho de harmonia e da justiça social e aí estão a Previdência e a Consolidação das Leis do Trabalho.

Nós, brasileiros, de todos os quadrantes desse imenso País, sempre vemos a presença de Vargas em toda a parte, através da integração e desenvolvimento que ele promoveu.

Servidor incansável das grandes causas esteve invariavelmente, à altura de sua predestinação. Não faltou aos seus compromissos com o Brasil e jamais desmereceu da consagrada confiança popular que emoldurou a sua admirável trajetória na vida pública brasileira."

Mais ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que estamos vendo hoje e sentindo neste país, aproveitando esta data quando eu reverencio a memória de Getúlio Vargas com quem eu tive a satisfação de conviver, quero, neste instante, prestar também uma homenagem póstuma a Eurico Gaspar Dutra e a Juscelino Kubitschek, verdadeiros democratas e que não usaram de maneira nenhuma, em campanhas, nunca assistimos ou tivemos conhecimento de que estes grandes brasileiros usaram seus cargos para campanhas políticas em favor de quem quer que seja.

E hoje, estamos às portas das eleições de 15 de novembro, não só o atual Presidente da República nomeado, como talvez o futuro Presidente, vivem peregrinando a todos os recantos de nosso país, pedindo votos para um partido político.

Neste instante, deixo aqui o meu respeito a estes grandes brasileiros desaparecidos que não usaram do seu cargo para fazer política em benefício de quem quer que seja.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste instante que na data de amanhã iremos comemorar vinte e quatro anos desse dia fatídico, como eu já disse, com o desaparecimento de um dos maiores brasileiros que conhecemos na nossa vida.

Era só. — (Sem revisão do orador)

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicitaria de Vossa Excelência, dentro do Regimento Interno, a verificação de "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere. (Faz soar os tímpanos)

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal para a constatação de "quorum" regimental.

(É feita a chamada).

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência, que dê presença ao Sr. Deputado Gabriel Manoel que requereu a chamada para constatação de "quorum" e se ausenta do plenário para que não haja "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado Enéas Faria tem acolhida regimental.

O Regimento Interno é claro. E seu dispositivo determina

que se dê presença ao Sr. Deputado que solicitou, que requereu chamada para constatação de "quorum".

O Sr. 1.º Secretário prosseguirá a chamada dos Srs. Deputados.

(continua a chamada).

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, estamos na Hora do Expediente. Parece-me que temos, segundo a primeira chamada realizado pelo Sr. 1.º Secretário, mais de dezessete Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O Sr. 1.º Secretário não anunciou o número de Deputados presentes.

A Presidência consulta o Sr. Deputado Jorge Sato, na 1.ª Secretaria, qual o número de Deputados que teriam respondido a chamada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Jorge Sato) — À primeira chamada responderam 17 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, aguardamos a segunda chamada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada.

(Continua a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Verificada a existência de 18 Srs. Deputados presentes à sessão, concedo a palavra, para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos que desejo trazer ao conhecimento dos Senhores Deputados, e pedir a efetiva colaboração.

O primeiro deles, Senhores Deputados, trata-se da problemática que envolve agricultores e pecuaristas da região ali do extremo Noroeste do nosso Estado, aqueles proprietários rurais que ainda não possuem a documentação definitiva, de posse de sua área de terras.

Até 1977, Senhores Deputados, o Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, possuía uma de suas inspetorias ou um de seus escritórios na cidade de Nova Londrina, que fica mais ou menos situada na parte central do extremo Noroeste paranaense.

E os problemas que persistem ainda para serem solucionados pelo ITC, na liberação da documentação definitiva dos títulos de posse.

Para milhares de propriedades daquela região, quando necessitam obter financiamentos junto ao Banco do Brasil ou junto a outros estabelecimentos bancários, necessitam, evidentemente, de protocolar, junto a essas instituições financeiras, um documento chamado — carta de anuência —, fornecida pelo Instituto de Terras e Cartografia.

Pois bem, Senhores Deputados, até 1977 esse documento era fornecido na cidade de Nova Londrina e para se obter a carta de anuência, o solicitante — protocolava evidentemente, requerimento junto ao representante do ITC, e sofreria, na sua propriedade agrícola, uma vistoria. Até 1977, Senhores Deputados, para se obter essa documentação, o proprietário rural gastava em torno de cento e vinte cruzeiros, que era o custo que o Instituto de Terras e Cartografia cobrava.

A partir de 1978, neste ano, o ITC fechou o seu escritório em Nova Londrina e mantém apenas o que existe na cidade de Paranavai.

Ocorre, Srs. Deputados, que Nova Londrina está a 80 km de Paranavai. Loanda 90, Querência do Norte a 140 km, Santa Izabel do Ivaí está a aproximadamente a 100 km. da cidade de Paranavai, e como milhares são as propriedades rurais, ali do extremo Noroeste, constituído de doze municípios, que possuem ainda problemas diversos em suas documentações de posse, o Instituto de Terras e Cartografia, tem tratado o assunto a passos de tartaruga, cometendo evidentemente, crime por omissão, em razão da sua inadequada estrutura

administrativa funcional, ou mais ainda, Senhores Deputados, por um total distanciamento e falta de boa vontade do próprio Governo do Estado, que tem solucionado, apenas, alguns casos, casos esporádicos e fazendo, ainda, em torno do assunto, uma condenável, abominável, desrespeitosa atitude eleitoreira.

Ora, Senhores Deputados, hoje, para se conseguir uma Carta de Anuência junto ao Instituto de Terras e Cartografia, os agricultores, de toda essa região, lá do fundão do Noroeste tem que se deslocar até a cidade de Paranavaí, no Parque de Exposições Agropecuárias Presidente Costa e Silva para obter o documento; documento que, em 1977, custava cento e vinte cruzeiros e que, em 1978, passou a custar quinhentos e vinte e cinco cruzeiros. Somadas a isso mais as despesas das viagens diversas que são feitas a Paranavaí, porque quase nunca se encontra o funcionário do Instituto de Terras; o agricultor está sendo expoliado, aviltado, desrespeitado, ofendido por um órgão desse Governo que necessita, efetivamente, de ser acionado.

Ora, já se busca, em razão da dimensão pequena daquelas propriedades, um financiamento também pequeno, proporcional. Financiamento de dez, quinze, vinte mil cruzeiros, alguns em pouca quantidade, obtendo cifras superiores. E para se conseguir a tal da documentação, se gasta dois, três, quatro mil cruzeiros. É por esta razão, Senhores Deputados, que o problema poderá ser resolvido com facilidade, desde que Sua Excelência, o Senhor Governador, tenha um pouco de respeito para com os agropecuaristas daquela região e um pouco de boa vontade, já que a culpa cabe, exclusivamente, a ele, a existência dessa problemática.

E por esta razão, nós propomos à consideração da Casa, um requerimento e apelamos aos Senhores Deputados para que possibilitem a sua aprovação, alertando Sua Excelência, o Senhor Governador, para essa vergonhosa atitude do Instituto de Terras e Cartografia, na região que nós definimos. (Lê):

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer, após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao Senhor GOVERNADOR, consubstanciado em APELO, reivindicando providências imediatas por parte de Sua Excelência, no sentido de que o INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA, reinstale o seu escritório em NOVA LONDRINA, ou instale em LOANDA, para poder atender satisfatoriamente e com rapidez os assuntos relacionados às Terras do Extremo Noroeste.

Essa medida evitará também que os agropecuaristas daquela região continuem sujeitos a grandes despesas quando têm necessidade de relacionarem-se com o Instituto, cujo escritório mais próximo está em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Nova Londrina está a oitenta quilômetros de Paranavaí, Loanda a noventa, Querência do Norte a cento e quarenta, Santa Isabel do Ivaí a cem quilômetros.

Milhares são as propriedades rurais do Extremo Noroeste do Estado, constituído por doze municípios, que possuem problemas ainda em suas documentações de posse.

O INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA, por omissão, inadequada estrutura administrativa e funcional, ou por distanciamento e falta de boa vontade do Governo do Estado, tem solucionado casos esporádicos a passos de tartaruga, e mesmo, fazendo condenável rodeio eleitoreiro em torno dos Títulos definidos.

Para se obter financiamento junto ao Banco do Brasil e outros, aqueles proprietários têm que apresentar a CARTA

DE ANUÊNCIA fornecida pelo Instituto de Terras e Cartografia. Até 1977, o documento era conseguido em Nova Londrina, onde o Instituto mantinha escritório, e custava no máximo cento e vinte cruzeiros, e o serviço era um pouco mais rápido. Agora, o ITC somente atende no "Parque de Exposições Agropecuárias Costa e Silva", em PARANAVAÍ.

O problema é que o funcionário que tem a prerrogativa e o dever de atender em nome do ITC, quase sempre, não está, e para se conseguir uma CARTA DE ANUÊNCIA, com uma boa dose de sorte o agricultor tem que fazer diversas viagens, nunca consegue antes de trinta ou quarenta dias.

Hoje, o preço da CARTA DE ANUÊNCIA custa em torno de quinhentos e vinte e cinco cruzeiros, e o ITC cobra trezentos e cinquenta cruzeiros para "Vistoria" na propriedade, que segundo os seus donos, "Eles nunca fazem". O mais grave são os custos das viagens a Paranavaí, que atingem cifras inaceitáveis, nunca inferiores a um mil cruzeiros. Do ano passado para este, o aumento aproximado para se conseguir a CARTA DE ANUÊNCIA, é de um mil a um mil e duzentos por cento.

O problema poderá ser resolvido com facilidade pelo Governo do Estado, a quem cabe toda a culpa pela sua existência."

O outro assunto, Senhores Deputados, que nós queremos deixar registrado, na Casa, envolve atitudes até criminosas praticadas pelo Sr. Prefeito de Araruna e pela Delegacia de Trânsito daquela cidade.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que um dos instrumentos de lei mais espúrios que o Brasil possui, é a chamada Lei Falcão que impede o acesso dos candidatos a cargos públicos, aos nossos órgãos de comunicação e impede mais uma série de atitudes como a colocação de cartazes em bares, restaurantes, mercearias e etc.

Um instrumento espúrio, vergonhoso, abominável, porque exatamente, Senhores Deputados, o Governo é o primeiro a desrespeitá-lo, a ofendê-lo, a ignorá-lo até.

É de causar indignação, revolta, se observar os nossos órgãos de comunicação, o rádio, a televisão, os jornais, a fazer uma publicidade eleitoreira dos candidatos do Governo.

Na minha cidade de Maringá, por exemplo, o noticiário transmitido pela TV Cultura, que atinge uma faixa imensa de audiência, talvez até a emissora de televisão paranaense que tenha um raio de sintonia maior, dentro do Paraná. Até parece que há um planejamento, Senhores Deputados, uma programação efetuada nos comitês do Partido do Governo, quando se noticia, quando se projeta, se mostra as andanças, as caminhadas eleitorais dos candidatos do partido adversário.

Ora, essa atitude vergonhosa se processa exatamente porque instituiu uma legislação absurda. Hoje, para se escolher o candidato, convém ao Governo, convém ao poder arbitrário, prepotente, incapaz, incompetente que dirige este País que se esconda o candidato do povo.

Ainda se admite, neste País, que haja eleição direta para Deputado Estadual, Federal, uma parte, um pedaço da Câmara Alta desta Nação, os nossos Vereadores e uma parcela dos nossos Prefeitos, nós não sabemos ainda porquê.

Porque ao Governo convém, convém porque todo o Governo incapaz, ditador e violento, convém efetivamente calar a voz da Oposição.

Vejam os Senhores Deputados que até aqui nesta Casa há uma atitude por parte da outra bancada para evitar que se processe uma sessão!

Pelo menos desta tribuna, aonde o parlamentar da Oposição, aonde o parlamentar vem à tribuna dizer a verdade, denunciar arbitrariedades, injustiças! Até aqui, Senhores Deputados, agora há pouco, quase que se instala a Lei Falcão, para impedir a manifestação dos Senhores Deputados que não têm o dever, a prerrogativa e o desprivilégio, de manter uma subserviência a esse sistema governamental que está desgraçando

a vida da Nação brasileira.

Pois bem, Senhores Deputados, na cidade de Araruna, por sugestão, por ordem, por pedido, ou por inspiração do Chefe do Poder Executivo, o Prefeito daquela cidade, Senhor Valmor Vechi, chegou-se ao absurdo das autoridades do DETRAN daquela cidade, recolherem ao pátio da Delegacia de Trânsito, do Departamento de Trânsito, veículos de Araruna. E para poder liberar os carros, aproveitando às vezes, a irresponsabilidade de alguns motoristas que não mantêm a documentação, sua e do veículo em dia; e aproveitando-se da simplicidade da nossa gente do Interior, na base da prensa, da pressão, da intimidação, eles só liberam o carro, desde que o proprietário permita que no vidro traseiro do carro ou no dianteiro, ou de lado, seja pintada uma propaganda dos candidatos a Senador, Deputado Estadual e Federal, escolhidos pelo Prefeito daquela cidade.

Que País é este, onde se permite tantos pesos e tantas medidas.

Onde o próprio governo, desrespeita a Legislação.

Mas, Senhores Deputados, uma legislação desmoralizada, uma Constituição ofendida, não poderia merecer realmente, um outro tratamento.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu reivindico da Liderança da nossa bancada, que em nome dela, faça a denúncia e tome as providências que cabem, para poder no caso específico da cidade de Araruna, colocar um parapeito nesta vergonha.

Por outro lado, Senhores Deputados, nós pretendemos protocolar junto à Secretaria de Segurança, um requerimento solicitando ao Senhor Secretário, que procure proceder o devido inquérito, apurar esses atos ilegais, escandalosos, cometidos por aquela Delegacia de Trânsito, e evidentemente, impedir que continuem sendo cometidos esses abusos, que somente criaturas desqualificadas, somente criaturas que desconhecem o bom senso, a moralidade e o respeito que se deve ter ao trabalhador, ao operário e ao povo, praticam.

Na realidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que nós assistimos nas andanças pelo Paraná, é uma completa libertinagem por parte das nossas autoridades administrativas.

Parece que se espalhou por este Estado, uma corrupção quase que total. Se respira, a gente cheira corrupção, viajando pelos municípios do Paraná. Basta ser Prefeito da ARENA, basta pertencer aos quadros deste sistema governamental, e a autoridade já imagina que ela pode desrespeitar a lei, que ela pode ofender a lei, que ela pode ser prepotente, que ela pode ser desonesta, que ela pode ser ditadora e pode ser até incompetente.

E não acontece apenas com os Senhores Prefeitos. Acontece com os Senhores Delegados, com Diretores de Colégio, acontece com Senhores Diretores de Departamento de Trânsito e de outras autarquias, departamentos, institutos, pertencentes a este Governo que está naufragando no próprio caos social que ali tem criado com sua falta de capacidade de administração.

Lá em Barbosa Ferraz, estes tempos, o Diretor do DETRAN começou a praticar arbitrariedades, foi denunciado; o homem foi denunciado e já começou a ameaçar Deus e todo o mundo, porque ele iria aplicar o Ato-Institucional número 5. O Senhor Diretor do DETRAN, da cidade de Barbosa Ferraz.

Realmente, é de ficar pasmado, atônito e preocupado ao extremo, pelo futuro, pelo caos, pelo abismo, que espera esta Nação, se os homens de bem, livres, e que conhecem a problemática do Brasil, se o eleitorado nacional, se a ala da força militar deste País, realmente patriótica, não se irmanar, todos, para se buscar novos caminhos para a nossa política econômica, financeira, para a nossa política agrária, para buscar um outro tratamento ao funcionalismo público em todos os escalões. Para se buscar uma nova política educacional para

o Brasil, uma política evoluída, superior, para o nosso setor do saneamento, da saúde, enfim, Senhores Deputados, para instalar nesta Pátria, realmente, um sistema governamental responsável, competente e absolutamente democrata.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o espaço regimentalmente reservado ao seu Partido. (Assentimento).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Otássio Pereira, que falará em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Assumo, neste momento, esta tribuna, como responsável pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

E aqui estou, para dizer que me sinto grandemente honrado, por dois motivos:

Primeiro: — pelo próprio fato de liderar a bancada do meu Partido, constituída por tantos ilustres e dignos Senhores Deputados e sempre atuante em tudo o que se debate e se decide nesta Casa.

Segundo: porque neste meu primeiro pronunciamento como líder, venho abordar um assunto da mais elevada monta para os destinos do Paraná, e porque não dizer, do Brasil. Refiro-me à justa e nobre luta dos professores e que já conta neste momento com o apoio integral da Confederação dos Professores do Brasil.

Nem é necessário que se diga mais uma vez da péssima qualidade do ensino em nossa terra, nem que se fale dos professores desestimulados, humilhados e sem condições materiais e psicológicas para ministrar um ensino de melhor qualidade.

Nem se precisa falar que os prejudicados são os alunos e, em última análise, o Brasil, pois que, nunca, e em nenhum lugar se pode falar em desenvolvimento econômico e social sem o desenvolvimento humano.

Um país nunca será melhor do que os cidadãos que o compõem e os cidadãos nunca serão melhores do que a educação que recebem.

Mas como, Senhor Presidente, Senhores Deputados, poderá haver boa educação, sem que o Educador, tenha condições para bem educar?

Pois esta é exatamente a filosofia que inspira o movimento que hora fazem os professores do Paraná.

O atual governo autoritário e insensível deste Estado, reflexo do sistema vigente em todo o país, não teve até agora a inteligência suficiente para entender ou a responsabilidade suficiente para atender as reivindicações, justas e nobres daqueles que têm a responsabilidade de educar os nossos filhos hoje, os homens do Brasil de amanhã.

Há dezenove dias os professores do Paraná, pacífica e ordeiramente reunidos em Congresso permanente, tentam, como se mendigar fossem, conseguir chegar à presença de Sua Excelência, o todo poderoso Sr. Jayme Canet Júnior, e não conseguem. Não conseguiram até agora sequer uma audiência com sua Excelência.

E esse fato, do governo demonstrar tanto descaso para com a educação a ponto de ter se recusado a receber os representantes da Classe para uma audiência, para um diálogo, fez com que a Confederação dos Professores do Brasil, para cá enviasse o seu vice-presidente, professor Hermes Zanetti, para tentar conseguir que os educadores deste estado sejam ao menos recebidos em Palácio para expor ao governador as suas reivindicações.

E se estão os professores usando o expediente de um Congresso Permanente, com conseqüente ausência às aulas é porque podem provar, através de sobeja documentação, que há dois anos estão tentando dialogar com o governo, e este,

durante todo esse tempo, se negou a recebê-los.

Eis o que reivindicam os professores do Paraná:

(Folhas anexas).

Não nos permite o tempo analisar o mérito destas reivindicações, mas é do dever desta liderança, uma vez mais, solidarizar-se com os professores do Paraná e apelar ao Senhor Governador para que em lugar de tentar amedrontar os mestres, ameaçando-os com punições, lembre-se antes que educação é diálogo, e receba os representantes da Classe para esse diálogo que ele estão pedindo há dois anos.

Só os brutos, os irracionais são incapazes de dialogar.

Os professores estão pedindo o diálogo, o Governador demonstrará, pelas atitudes assumidas daqui por diante, se é ou não capaz para isso."

(Continua lendo):

"Reivindicações fundamentais do CONGRESSO DOS PROFESSORES DO PARANÁ.

- 1.— Um salário de cinco mil cruzeiros, para o professor do Ensino de 1.º grau com habilitação de Normalista que recebe pelo nível 1 de vencimentos de dois mil, quinhentos e cinquenta e três cruzeiros, e a proporcionalidade equivalente às não habilitadas e às regionalistas;
- 2.— Pagamento aos professores do 1.º grau conforme a sua habilitação independentemente do nível de atuação conforme preconiza o artigo 62 do Estatuto do Magistério e também no artigo 32, § 2.º letra b) da mesma lei;
- 3.— Concurso para o 1.º e 2.º graus, conforme levantamento de vagas reais;
- 4.— Estabilidade ao professor suplementarista com dez anos de serviço e contratação pela CLT, enquanto não for efetivado pelo concurso;
- 5.— Regulamentação do Estatuto do Magistério que deveria estar beneficiando todos os Mestres desde o dia 13 de abril de 1977, cujos pontos principais são:
 - a. Avanço Diagonal traduzido pelo mérito do professor, conforme os CRÉDITOS previstos no Anexo III e definidos pelo § 6.º do Artigo 10 e Artigo 12 do ESTATUTO DO MAGISTÉRIO;
 - b. Regulamentação da aula extraordinária de acordo com o § 3.º do Artigo 76, disciplinando o valor-aula, conforme o padrão de dez aulas para os professores do ensino médio com licenciatura plena, e aos demais, com habilitação inferior, a respectiva proporcionalidade;
 - c. definição das horas-permanência dentro do regime de 10 e 22 horas-aula para que o professor possa planejar, corrigir provas e programar atividades individuais, conforme preconiza a Lei 5.692/71;
 - d. regulamentação do Art. 107 do ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, situando dever o regime dos professores do ensino superior adequando o salário tanto do EFETIVO quanto do que recebe por aulas suplementares devido ao achatamento que sofreram todas as categorias funcionais; (Ex: ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES, FACULDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL e outras do ensino oficial);
 - e. Composição do Conselho do Magistério conforme o artigo 93 do ESTATUTO DO MAGISTÉRIO;
- 6.— O Professor inativo, deve ser reclassificado de acordo com a sua qualificação por ocasião da sua inatividade. Este artigo constava do Estatuto do Magistério aprovado pela Assembléia Legislativa, e insensivelmente vetado pelo Senhor Governador."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não nos permite o tempo analisar o mérito destas reivindicações.

Mas, como é dever desta Liderança, uma vez mais, solidarizar-se com os professores do Paraná, e apelar ao Senhor

Governador para que, em lugar de tentar amedrontar os mestres, ameaçando-os com punições, lembre-se antes que Educação é diálogo. E receba Sua Excelência os representantes da classe para esse diálogo que eles estão pedindo há dois anos.

Só os mudos, os irracionais, são incapazes de dialogar.

Os professores estão pedindo diálogo. O Governador demonstrará, pelas atitudes tomadas daqui para diante se é, ou não capaz para isso.

São essas as nossas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a Liderança da ARENA, sobre se deseja ocupar o espaço que, regimentalmente, lhe é reservado.

Havendo declinado, encerra-se a Hora do Expediente, não sem antes lembrar as Lideranças do Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional, de que, de conformidade com a Resolução n.º 23/69, de 10.10.69, a Hora do Expediente da sessão de amanhã, dia 24, será destinada à comemoração do Dia do Soldado, que transcorre a 25 do corrente mês.

Determina o § 1.º da Resolução n.º 23/69, que o Artigo 77 do Regimento Interno, fique acrescido de um parágrafo em que o Presidente destinará a Hora do Expediente das sessões imediatamente anteriores às datas, nesta Resolução, fixadas, à comemoração das efemérides, designando-se orador através das lideranças dos Partidos, com antecedência, para o fim exclusivo de comemorar as referidas datas.

Aguarda a Presidência que os Senhores Líderes façam a indicação dos Senhores Deputados que falarão em nome das respectivas bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 74/78, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, no seguinte teor:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 74/78

Art. 4.º — Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de 2 (dois) anos, terão o direito de contá-las em dobro e para todos os efeitos legais, desde que a requeiram no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta Lei.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda virá renovar o dispositivo estabelecido pela Lei n.º 6.742, de modo a possibilitar aos que por desconhecimento não foram beneficiados na época.

Necessita de apoio.— **Apoiada.** Será anexada ao Projeto.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, nos seguintes termos: (Lê)
"Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 121/78, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Erondy Silvério.

Outro requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas

Faria, no seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inversão da Ordem do Dia, para ser dada preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 121/78.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1978.

(a) Enéas Faria."

Considerando que ambos os requerimentos pretendem atingir o mesmo objetivo, porquanto a inversão da Ordem do Dia dará preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 121/78.

Em votação os requerimentos dos Srs. Deputados Eron-dy Silvério e Enéas Faria.— **Aprovados.**

De acordo com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 75/78, que objetiva alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, dando nova composição a carreira de Assistente Jurídico, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, por maioria absoluta.**

PROJETO DE LEI N.º 121/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

U E C R E T A:

Art. 1.º — Fica constituída no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça a carreira de Assistente Jurídico com a estrutura constante da Tabela II, do Anexo desta lei.

Art. 2.º — Os cargos que integram a carreira de Assistente Jurídico são de provimento efetivo, tendo a classificação, a quantidade e os vencimentos constantes da Tabela II, do Anexo desta lei.

Art. 3.º — Os cargos que integram a carreira de Assistente Jurídico são privativos de portadores de diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado.

Art. 4.º — Aos ocupantes dos cargos aludidos no artigo 3.º é vedado o exercício da advocacia, em face da incompatibilidade declarada no Estatuto da Ordem dos Advogados Brasil.

Art. 5.º — Os cargos de provimento efetivo isolados de Assistente, Assessor de Recursos, Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça e Assessor Jurídico e os cargos

de provimento efetivo de carreira de Assessor Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, constantes da estrutura anterior, ficam transformados em cargos de provimento efetivo de carreira de Assistente Jurídico, com a classificação e vencimentos fixados na Tabela II do Anexo desta lei.

Art. 6.º — Os ocupantes dos cargos referidos no artigo 5.º passam a fazer parte da carreira de Assistente Jurídico, desde que preencham o requisito contido no artigo 3.º desta lei.

Art. 7.º — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, 35 (trinta e cinco) cargos de provimento efetivo de Carreira de Assistente Jurídico P.J.TJ.— 1, 12 (doze) cargos de provimento efetivo de Carreira de Assistente Jurídico P.J. TJ. 2 e 5 (cinco) cargos de provimento em comissão de Diretor de Departamento, com os vencimentos fixados, respectivamente, nas tabelas II e I do anexo desta Lei.

Art. 8.º — Os ocupantes de cargos de provimento efetivo de carreiras do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, não abrangidos no artigo 6.º, serão incluídos no cargo inicial da carreira de Assistente Jurídico, mediante processo seletivo de caráter competitivo, desde que preencham o requisito contido no artigo 3.º, desta lei.

Art. 9.º — Ficam fixados nos termos da Tabela I do Anexo desta Lei, os vencimentos dos cargos de provimento em comissão de Diretor Geral da Secretaria, Vice-Diretor da Secretaria, Chefe de Gabinete e Secretário da Presidência, Assessor de Recursos, Chefe de Gabinete e Secretário da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 10 — Aos ocupantes dos cargos constantes da Tabela II do Anexo desta lei aplicam-se as disposições da Lei n.º 6.593/74, com os posteriores reajustes.

Art. 11 — As atribuições, responsabilidade e demais características dos cargos que integram o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça serão estabelecidas em regulamento próprio ou através de ato da Presidência, com observância do que dispuserem o Código de Organização e Divisão Judiciárias e o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Art. 12 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias e consignadas no Orçamento do Poder Judiciário.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Poder Executivo.

ANEXO DE QUE TRATA O ANTEPROJETO

TABELA I

CARGOS EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL SITUAÇÃO PROPOSTA

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTO
Diretor Geral da Secretaria	1	Diretor Geral da Secretaria-DAS-2	1	19.239,00
Vice-Diretor da Secretaria	1	Vice-Diretor da Secretaria-DAS-3	1	17.491,00
Chefe de Gabinete da Presidência-1-C	1	Diretor de Departamento-DAS-4	5	15.338,00
Secretário da Presidência -- 1-C	1	Chefe de Gabinete da Presidência-DAS-5	1	8.757,00
Assessor de Recursos -- 1-C	1	Secretário da Presidência	1	8.757,00
Chefe de Gabinete da C.G.J. -- 1-C	1	Assessor de Recursos -- DAS-5	1	8.757,00
Secretário da C.G.J. -- 1-C	1	Chefe de Gabinete da C.G.J. -- DAS-5	1	8.757,00
		Secretário da C.G.J. --DAS-5	1	8.757,00
	7		12	

TABELA II
CARGOS DE CARREIRA

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA		
DENOMINAÇÃO	N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	N.º DE CARGOS	VENCIMENTO
Assistente — Isolado	9	Assistente Jurídico P.J. T.J. 3	25	13.520,00
Assessor de Recursos — Isolado	1			
Diretor da Secretaria da C.G.J. — Isolado	1			
Assessor Jurídico — Isolado	14	Assistente Jurídico — P.J. T.J. 2	30	12.168,00
Assessor Jurídico — PJ — 30	5			
Assessor Jurídico — PJ-29	6			
Assessor Jurídico — PJ-28	7	Assistente Jurídico — P.J. T.J. 1	35	10.951,00
	43		90	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 121/78

PARECER

O presente projeto de lei, objetiva a alteração do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, criando a Carreira de Assistente Judiciário, e dando outras providências.

A necessidade, oportunidade e o alto significado do plano de lei submetido a esta Assembléia, vem consubstanciado no ofício da lavra do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, que acompanha a Mensagem n.º 75/78.

A iniciativa é legítima, e constitui-se em antiga reivindicação daquele Poder, não contrariando qualquer dispositivo de ordem constitucional, estando ao amparo do art. 98 item II, combinado com o artigo 47, I, ambos da Constituição Estadual, e, pelo artigo 115, II, da Constituição Federal.

Pelo exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;
Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 121/78

PARECER

O Projeto de Lei n.º 121/78 — originário de Mensagem Governamental, tem por finalidade alterar, conforme específica, o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e dá outras providências.

Sobre a legalidade e a constitucionalidade da matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita à análise sobre o aspecto financeiro, temos que, o próprio texto do projeto estabelece os critérios, segundo os quais são previstas as despesas decorrentes da sua execução.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente
Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 121/78

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei n.º 121/78, tem por objetivo alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, conforme específica, e dá outras providências.

A detalhada exposição de motivos que acompanha a Mensagem, ou seja o Ofício n.º 547/77, do Egrégio Tribunal de Justiça, nos dá a oportunidade de estabelecer o elevado interesse proposto no projeto que ora é examinado.

Quanto ao mérito da matéria, a qual é chamada a opinar esta Comissão de Recursos Humanos, temos que, sem dúvida alguma, a mesma é das mais justas e virá atender aos reclamos da administração interna do Poder Judiciário de nosso Estado.

Pela aprovação é o Parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) Wilson Fortes, Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/78, de autoria dos Senhores Deputados ACCIOLY NETO e JORGE SATO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE ASSISTENCIAL CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 82/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE ASSISTENCIAL CURITIBA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1978.

(aa) Jorge Sato e Accioly Neto.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto a comunidade de nossa Capital, no setor da assistência social e filantrópica, conforme os preceitos estatutários.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 82/78

PARECER

De autoria dos nobres Deputados Jorge Sato e Accioly Neto, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente Assistencial Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Analizando-se o processo, através da justificativa apresentada e da documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais, previstos pela legislação pertinente. (Lei n.º 6.994, de 10/01/78).

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;
Fabiano Braga Côrtes, Relator.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que estabeleça sede temporária da Assembléia Legislativa, no Auditório do Colégio Estadual do Paraná, no dia 1/9/78, e dá outras providências. SEM PARECER. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/78, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n.º 26/78, que objetiva dar nova redação ao item I, do artigo 8.º, da Lei n.º 6508, de 13/12/73, que dispõe sobre as férias do Pessoal Suplementar. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre este projeto de lei, há uma emenda de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, já lida.— Em votação o projeto, ressalvada a emenda.— **Aprovado o projeto.** Em votação a emenda.— **Aprovada.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/78, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública o "LIONS CLUBE DE CURITIBA — MARUMBI", com sede e foro nesta Capital. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo

a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu solicitaria a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere.

Em votação o Projeto de Lei n.º 60/78, do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se (**Pausa**). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (**Pausa**) Treze Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita. Não há "quorum" para deliberação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 461/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs 7761/78, 3588/74, 4863/75 e 606/78, e respectivos pareceres jurídicos.

RESOLVE:

Nomear, Nanci Terezinha Kotelak, no cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo, nível PL"16", do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de agosto de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 294/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7788, de 10 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

marcar para 1.º a 30 de setembro de 1978, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, à funcionária IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n.º 122, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro

de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de agosto de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 295/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7931, de 17 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PÔNCIO, matrícula n.º 215, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de agosto de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de agosto de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 296/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8026, de 21 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incluir na Portaria n.º 293/78, os funcionários abaixo relacionados, para prestarem serviços nas eleições indiretas a realizarem-se no próximo dia 1.º de setembro, pelo Colégio Eleitoral a ser constituído:

FABIANO SIQUEIRA CUNHA — Médico

LEONILDO MARCHIORO — enfermeiro

RUBYS DE SOUZA — motorista da ambulância

CELSONO APPARECIDO DE CASTRO — assessor da mesa, na Comissão de Coordenação Geral

MANOEL AGUIAR FILHO, na Comissão de Recepção e orientação

OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, na credenciação de Delegados.

II — tornar sem efeito a Portaria n.º 293/78, na parte que se refere ao funcionário LUIZ FRANCISCO FONTOURA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral